

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE AQUICULTURA E PESCA NO TERRITÓRIO PANTANAL SUL



PANTANAL SUL (MS)
Fevereiro de 2010

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Altemir Gregolin

Ministro da Pesca e Aquicultura

Dirceu Lopes

Secretário Executivo

Roseli Bueno

Coordenadora Geral da Política Territorial da Pesca e Aquicultura

Paulo Cezar Arns

Consultor Geral da Política Territorial da Pesca e Aquicultura – IADH

Valteci Ribeiro de Castro Jr.

Chefe do Escritório Estadual do MPA no Mato Grosso do Sul (novembro)

Paulo Roberto da Silva

Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura de Mato Grosso do Sul (fevereiro)

FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON

Jordana Duenha Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cândido Rondon

Cleuza Maria Alves da Fonseca

Secretária Executiva da Fundação Cândido Rondon

Eliamar Oliveira

Coordenadora do Projeto

Equipe de Elaboração

Adilson Nascimento dos Santos – Engenheiro Agrônomo SFPA/MS

Damarci Olivi da Costa – Consultora FCR/SEAP

Eliamar Oliveira – Coordenadora Projeto FCR/SEAP

Natal Gabriel Ortega – Consultor FCR/SEAP

Rosani Marize Haubert Santiago – Articuladora do Projeto FCR/SEAP

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS, E TABELAS	04
QUADROS.....	04
TABELAS	04
FIGURAS.....	04
APRESENTAÇÃO	06
CAPÍTULO I – Descrição do processo metodológico de construção do Programa	09
A coleta de informações – fase do diagnóstico e sensibilização/mobilização.....	09
As oficinas – a participação, o prognóstico e a agenda.....	12
CAPÍTULO II – Descrição do processo de organização territorial (missão, visão de futuro da organização, valores e princípios, finalidades e composição)	14
a) Trajetória de constituição do colegiado territorial	14
b) Composição do Conselho	15
Visão de Futuro.....	17
Missão do Conselho Territorial	17
CAPÍTULO III – Diagnóstico Territorial (caracterização do Território)	18
a) Dimensão ambiental.....	18
b) Dimensão social, cultural e educacional.....	23
c) Dimensão socioeconômica.....	27
d) Dimensão político-institucional.....	30
CAPÍTULO IV – Princípios formuladores do Programa	35
a) Visão de Futuro.....	35
b) Análise de Ambiente Externo.....	35
c) Análise do Ambiente Interno.....	37
d) Propostas Estratégicas.....	39
e) Agenda operacional.....	40
f) Projetos Estratégicos.....	41
g) Forma de implementação e gestão do Programa.....	42
h) Forma de divulgação do Programa.....	43
Referenciais Bibliográficas	44

ÍNDICE DE QUADROS, FIGURAS, E TABELAS

QUADROS

Quadro 1

Composição Conselho Territorial – Pantanal Sul.....16

Quadro 2

Número de pescadores do Pantanal Sul, por município e por sexo.....26

Quadro 3

Organizações do segmento da pesca profissional artesanal, sede, municípios abrangidos e número de pescadores/as – Território Pantanal Sul.....31

Quadro 4

Programação de ações, segundo os gargalos e prazos e responsáveis.....40

TABELAS

Tabela 1

Porcentagem relativa de pescado capturado por grupo de peixe pela pesca profissional artesanal na Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul (BAP/MS).....22

Tabela 2

População recenseada, por situação do domicílio, segundo os municípios - Território Pantanal Sul.....24

Tabela 3

Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, 1991 e 2000 - Território Pantanal Sul.....25

FIGURAS

Figura 1

Mapa delimitando a BAP e a planície pantaneira, destacando as sub-bacias.....19

Figura 2 Rio Taquari – arrombado do Caronal.....	20
Figura 3 Área degradada pela formação de pastagem cultivada.....	21
Figura 4 Pacu (<i>Piaractus mesopotamicus</i>).....	23
Figura 5 Cachara (<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>).....	23
Figura 6 Pintado (<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>).....	23
Figura 7 Dourado (<i>Salminus maxillosus</i>).....	23

APRESENTAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca no Território Pantanal Sul é um dos resultados da Política Territorial da Pesca e Aquicultura, do MPA. Esta Política é uma das diretrizes do Plano Mais Pesca e Aquicultura que preside a atuação do Governo Federal, através do MPA, na promoção dos setores aquícola e pesqueiro nacional.

A Política Territorial do MPA visa a “superação da pobreza e das desigualdades sociais junto às comunidades aquícola e pesqueira pelo aprimoramento das capacidades de autogestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção competitiva do segmento nas cadeias produtivas do setor e gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros” (MPA, 2009). Através desta política o MPA inverte o processo de implementação das políticas públicas, pois ele inicia-se com a discussão das prioridades do setor por seus próprios atores e culmina na definição dos investimentos e projetos a serem executados.

A implementação da Política no Território Pantanal Sul tem se orientado pelo chamamento aos diferentes atores que atuam com a pesca e aquicultura no Território para debater os assuntos do setor. No mês de maio de 2009 foi realizada uma oficina de caráter estadual, para a qual foram convidadas as instituições e organizações com atuação de abrangência estadual e municipal (sejam elas governamentais nas esferas estadual e federal ou não-governamentais de representação do setor). Na oportunidade foi discutida a Política Territorial de Pesca e Aquicultura proposta pelo MPA e definidos os encaminhamentos para a sua implantação em Mato Grosso do Sul. O Território Pantanal Sul foi indicado como o espaço para a ação prioritária no estado e o Território da Cidadania da Grande Dourados foi definido como espaço para a ação intermunicipal. Nesta mesma oficina foi pactuada uma agenda do MPA com as instituições e organizações que estavam presentes e que atuam no Território Pantanal Sul.

Desde então, o MPA, através de um convênio com a Fundação Cândido Rondon, contratou uma equipe (uma articuladora territorial e um assessor) para

sensibilizar e mobilizar os atores do Território Pantanal Sul e organizar oficinas para sua participação. Foram realizadas diversas atividades ao longo do segundo semestre de 2009, dentre as quais jornadas de campo, visitas, reuniões e oficinas.

As atividades das oficinas deram unidade e ritmo ao processo de articulação territorial. Foram realizadas três oficinas territoriais, cada qual com uma finalidade específica e com um encadeamento da articulação. Foram discutidos os conceitos da Política Territorial, realizado um diagnóstico do setor pesqueiro e aquícola e uma proposição de uma instância colegiada para coordenar o desenvolvimento e deu-se início ao processo de planejamento. Em cada oficina os participantes definiram diversos encaminhamentos a serem realizados até a próxima, com o objetivo de resolver alguns gargalos do desenvolvimento do setor da pesca e aquicultura no Território.

O presente documento foi organizado pelos assessores contratados. Após visitarem os municípios, reunirem com prefeituras municipais, com entidades que atuam com o setor da pesca e aquicultura (governamentais e não-governamentais), realizarem entrevistas, visitas e participarem das oficinas, organizaram o material coletado e sistematizaram este documento.

O leitor encontrará neste documento o capítulo I, em que consta a descrição do processo metodológico que orientou a construção das informações e sua organização na forma de proposições.

O capítulo II registra a apresentação do processo de construção da instância colegiada que coordenará a implantação do Programa através dos projetos territoriais e também tratará das discussões coletivas sobre o setor da pesca e aquicultura no Pantanal Sul.

No capítulo III encontra-se a sistematização do diagnóstico territorial, no qual são descritos os gargalos e as potencialidades ao desenvolvimento nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

O capítulo IV sistematiza os princípios formuladores do Programa: a visão de futuro, a análise de ambiente com a identificação de pontos fracos e pontos fortes,

oportunidades e ameaças, seguidas das propostas estratégicas para a ação coletiva.

O documento é o resultado de diversas atividades de reflexão e debate. Sua proposição é realizada pelo Conselho Territorial e a sistematização ficou sob a responsabilidade dos assessores contratados pelo convênio MPA/Fundação Cândido Rondon. Esta versão preliminar (ou minuta) destina-se ao debate e consolidação da 1ª versão do Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Território Pantanal Sul. O Conselho pretende que este documento seja um elemento dinâmico (a ser constantemente revisto e atualizado) e catalisador das ações para o desenvolvimento sustentável do setor.

CAPÍTULO I – Descrição do processo metodológico de construção do Programa

A construção do Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca no Pantanal Sul foi realizada mediante diversos procedimentos metodológicos, os quais concretizaram a concepção básica da metodologia: o Programa é a sistematização das visões e dos acordos dos diferentes atores sociais do Território Pantanal Sul engajados no desenvolvimento da pesca e da aquicultura, sobre sua realidade e seu futuro.

A coleta de informações – fase do diagnóstico e sensibilização/mobilização

O diagnóstico para a construção do Programa foi realizado mediante os seguintes procedimentos metodológicos:

1) Fontes secundárias

Consistiu em consultar séries estatísticas referentes à população em geral, sobre pesca e aquicultura e sobre aquicultores e pescadores, bem como trabalhos científicos realizados sobre estas estatísticas. Os dados sobre a população foram encontrados nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados referentes aos pescadores/as foram obtidos junto ao Registro Geral das Atividades de Pesca (RGP), sistema mantido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Os mesmos foram sistematizados com o auxílio da equipe da Superintendência do MPA no Mato Grosso do Sul (SFPA-MS) e se referem à situação encontrada no mês de maio de 2009. A equipe da SFPA-MS também forneceu os dados primários coletados sobre a aquicultura durante o Censo Aquícola realizado no ano de 2005. Estas informações podem ser consideradas dados primários, tendo em vista que resultam da sistematização de informações apresentadas pelos próprios pescadores e aquicultores.

Os dados referentes à pesca foram baseados em duas fontes principais: o Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul (SCPESCAMS) e a Estatística da Pesca 2007. A fonte que permite a melhor aproximação com os dados de interesse

é o SCPESCA/MS, pois a estatística está agregada ao nível de Bacia do Alto Paraguai (BAP), onde está localizado o Território Pantanal Sul. O SCPESCA/MS¹ é operacionalizado pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), a Polícia Militar Ambiental (PMA) e a Embrapa Pantanal, que publicam boletins a partir da sistematização das informações coletadas.

As informações da Estatística da Pesca 2007 referem-se a dados agregados ao nível de unidade da federação e informam quantidade de pescado produzida, valor, espécies comercializadas e modo de obtenção do pescado. O estudo é realizado pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e utiliza informações coletadas junto às Superintendências do próprio Ibama, da Superintendência Federal de Agricultura e dos órgãos de ATER oficial.

Para a elaboração do diagnóstico preliminar também foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre estudos realizados em várias áreas do conhecimento sobre a pesca no Pantanal Sul. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas em estudos sobre aspectos sociais e ambientais que influenciam esta atividade.

2) Fontes Primárias

A elaboração do diagnóstico também se baseou em fontes primárias de informação. Durante o mês de junho foram realizadas reuniões com pescadores e pescadoras em todos os municípios que integram o Território da Pesca e Aquicultura Pantanal Sul (Aquidauana, Bonito, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda e Porto Murtinho). Estas reuniões foram organizadas pelas colônias e/ou associações de pescadores profissionais artesanais dos respectivos municípios, totalizaram sete reuniões.

As reuniões tiveram como objetivos: a) discutir a realidade – características, problemas e possíveis soluções da atividade pesqueira no município; b) apresentar a proposta da 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e orientar a preparação e

¹ O SCPESCA/MS funciona a partir das Guias de Controle de Pescado (GCP). O órgão ambiental anualmente fornece os blocos de GCP à Polícia Militar Ambiental (PMA), que as distribui entre os seus postos de controle localizados nos rios da BAP. Os pescadores (profissionais e amadores) são obrigados a declarar suas pescarias através das GCPs nos postos. Estas guias são digitadas mensalmente, por posto de controle, e alimentam o banco de dados do SCPESCA/MS.

participação dos integrantes das colônias e associações (discussão e definição de delegados/as); e, c) apresentar as políticas do Ministério da Pesca e Aquicultura (na época Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República – SEAP/PR), com ênfase para a Política de Desenvolvimento Territorial da Aquicultura e Pesca.

Compareceram nas reuniões 500 pescadores/as, a assessoria de gestão territorial da Fundação Cândido Rondon, os membros do MPA, e representantes de órgãos públicos locais (prefeituras municipais, câmaras de vereadores, assembléia legislativa, membros de órgãos públicos estaduais e federais), de universidades, de instituições de pesquisa e de ongs. As reuniões, além da representatividade do setor (mais de 12% dos pescadores profissionais artesanais do Pantanal Sul), foram representativas das várias instituições que compõem a sociedade local e que lidam cotidianamente com o setor pesqueiro (prefeituras municipais, órgãos de ATER, ongs, PMA, Banco do Brasil, Embrapa, Ibama, Imasul).

As reuniões foram conduzidas pelos presidentes de colônia ou associação, conforme o caso. Na abertura todos participantes foram saudados pelo representante dos pescadores/as profissionais artesanais, o qual apresentou os objetivos e a programação da atividade. Após a mensagem de apresentação e saudação dos representantes das entidades presentes, os pescadores/as foram estimulados a apresentarem sua visão sobre a realidade – características e principais problemas da pesca no município, bem como suas dúvidas e sugestões. Após as intervenções e do debate, o representante do MPA apresentou as políticas do órgão para o setor, bem como o que é a 3ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, seus objetivos e a sua operacionalização (discussão do texto base e definição dos delegados/as à 3ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, que foi realizada em Campo Grande, de 13 a 15 de julho de 2009). E a reunião foi encerrada com a apresentação da Política Territorial da Pesca e Aquicultura, pelo assessor em gestão territorial, do convênio MPA/Fundação Cândido Rondon.

As intervenções dos pescadores/as profissionais artesanais foram o insumo para

a sistematização sobre a realidade da pesca no município. Além das reuniões, foi possível visitar as diretorias das colônias e associações nas suas sedes, bem como os órgãos públicos, as universidades, instituições de pesquisa e ongs de cada município. A atividade teve como objetivo conhecer a visão destes atores sobre a realidade da pesca e com isso delinear as relações existentes em torno da atividade no nível local.

Outro recurso metodológico empregado para a elaboração do diagnóstico preliminar foi a observação direta das relações sociais, das infraestruturas (prédios, terrenos, equipamentos, embarcações) e do meio ambiente (rios, fauna, flora, relevo).

As oficinas – a participação, o prognóstico e a agenda

Além das coletas de dados, foram realizadas atividades de construção coletiva do conhecimento sobre o Território, seus gargalos ao desenvolvimento da pesca e aquicultura, e as proposições para resolução destes gargalos. Foram realizadas três oficinas territoriais para as quais foram convidadas todas as instituições e organizações conhecidas pela equipe, que atuam no setor pesqueiro. E a participação foi significativa, formando um espaço representativo dos atores.

Os pescadores/as estão organizados em colônias, associações de pescadores, associações de pescadores de iscas e em associações de mulheres pescadoras artesãs e todas se articulam na Federação de Pesca de MS. O Território Pantanal Sul, pelas suas características ambientais, apresenta sérias limitações à aquicultura, por esse motivo há predominância de pescadores em todas as discussões.

As organizações governamentais em nível municipal foram basicamente as prefeituras através das suas secretarias de agricultura ou de meio ambiente. Em nível de executivo estadual, foram envolvidos os órgãos ambientais (Polícia Militar Ambiental – PMA e o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – Imasul) e o órgão de ATER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS – Agraer). Também foram mobilizados órgãos do governo federal: o Ministério do Desenvolvimento Agrário (através da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Pantanal). Participaram ativamente ainda duas organizações não-governamentais envolvidas com as questões da pesca: a ong Ecologia e Ação (Ecoa) e a ong Vida Pantaneira.

A primeira oficina foi realizada no município de Aquidauana e o seu objetivo foi apresentar a Política Territorial da Pesca e Aquicultura e nivelar os conceitos e a metodologia. A oficina, entretanto, foi além de seu objetivo, pois trabalhou os conceitos, mas também possibilitou a primeira discussão sobre o diagnóstico do território e uma agenda de atuação coletiva. Nesta oficina foram realizadas ainda as primeiras discussões sobre a constituição de uma instância colegiada territorial.

A segunda oficina ocorreu no município de Corumbá e o seu objetivo foi discutir a constituição da instância colegiada territorial para articular os diferentes atores. Ao mesmo tempo a oficina avançou na discussão de demandas do setor pesqueiro nos diferentes municípios que compõem o Território (potenciais projetos). Durante esta oficina o objetivo de amadurecer a instância foi atingido.

A terceira oficina aconteceu no município de Miranda com o objetivo de realizar o planejamento do desenvolvimento territorial da pesca e aquicultura. Também foi a oportunidade para dar posse ao Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, ao mesmo tempo em que foi realizada uma discussão sobre projetos territoriais.

As oficinas foram precedidas e sucedidas de contatos, visitas e reuniões realizadas pela articuladora territorial junto às entidades de representação dos pescadores. O objetivo dessas atividades foi realizar um diagnóstico dos empreendimentos da cadeia produtiva do pescado e, conjuntamente, acompanhar a execução das deliberações tomadas nas oficinas já realizadas. A articuladora apoiou, em suas discussões, as colônias e associações que decidiram revisar seus estatutos para adaptar ao novo código civil. Também houve mobilizações para participar da 3ª Conferência Estadual de Aquicultura e Pesca, bem como da Conferência Nacional, além das mobilizações dos pescadores/as para acompanhar o debate e tramitação do Projeto de Lei da pesca estadual na assembléia legislativa.

CAPÍTULO II – Descrição do processo de organização territorial (missão, visão de futuro da organização, valores e princípios, finalidades e composição).

a) Trajetória de constituição do colegiado territorial

O Território do Pantanal Sul está organizando-se através da constituição de um colegiado denominado de Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul. A composição desta instância colegiada de governança do desenvolvimento é uma proposição da Política Territorial da Pesca e Aquicultura.

Durante a oficina de alinhamento conceitual ocorrida na cidade de Aquidauana no mês de junho 2009, a equipe do projeto apresentou a sugestão aos participantes, que a discutiram e definiram pela constituição imediata do colegiado.

A oficina propiciou que os atores, de forma coletiva, avaliassem a necessidade de construção de uma instância territorial de governança, e discutissem a sua composição e finalidade enquanto espaço de condução da Política Territorial da Pesca e Aquicultura do Pantanal Sul. Como questões prioritárias para construção da governança territorial, alguns aspectos foram apontados para nortear o funcionamento do Conselho Territorial, devendo este ser um espaço de:

- Participação e negociação de estratégias;
- Articulação de ações conjuntas – ações com enfoque participativo;
- Acompanhamento e monitoramento das ações/políticas desenvolvidas e propostas para o Território;
- Deliberação sobre as políticas de Pesca e Aquicultura no Território;
- Articulação das deliberações para o território com a política do estado.

No próprio evento foram elencadas pelos presentes as instituições/organizações que deveriam compor tal instância, conforme quadro 1, no próximo item, e a Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura foi encarregada de formalizar o convite.

Após o envio do convite, a quase totalidade das entidades responderam

formalmente sobre o interesse em participar do colegiado e indicaram o nome dos seus respectivos representantes. Desta forma ficou definida sua composição.

Durante a segunda oficina territorial foram discutidas as competências, a organização e o funcionamento do Conselho. A partir dos debates da oficina foi elaborada uma minuta de regimento interno do Conselho, a qual está sob avaliação dos membros e aberta à proposição de sugestões. O indicativo é de que na próxima oficina (audiência pública) seja submetido à aprovação dos membros, passando a reger o funcionamento do Conselho.

b) Composição do Conselho

A composição do Conselho Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura no Pantanal Sul definida pelos participantes da oficina em Aquidauana procura equilibrar dois princípios: abarcar o máximo de entidades que tem algum tipo de intervenção no setor pesqueiro e ser paritário entre entidades governamentais e não-governamentais.

Destes princípios surgiram algumas dificuldades: o número de agências que intervém no setor pesqueiro é relativamente grande (o que implica numa instância com dificuldade para reunir a todos os representantes) e a supremacia (maior quantidade) de agências governamentais sobre organizações não-governamentais.

Diante dessas dificuldades algumas decisões foram tomadas e estão em amadurecimento: com relação à quantidade optou-se por manter o número de entidades para garantir a representatividade da instância; para viabilizar sua operacionalidade seriam criadas instâncias executivas subordinadas, que facilitariam a realização de reuniões mais freqüentes; quanto à supremacia das agências governamentais é importante frisar que a realidade não se apresenta de maneira tão nítida. Há órgãos governamentais que possuem certa autonomia em relação aos governos (órgãos da administração indireta, tais como Embrapa, Ibama, Imasul, Agraer, Universidades, Banco do Brasil) e organizações não-governamentais que não atuam diretamente como representantes dos pescadores.

De modo geral, dos 36 membros previstos, 17 são organizações não-governamentais (13 delas são entidades de representação dos pescadores/as e piscicultores/as), o que equivale a 47%. Além disso, algumas das agências contabilizadas como governamentais gozam de relativa autonomia.

A composição do Conselho ficou da seguinte maneira:

	Organizações Governamentais		Organizações Não- Governamentais
1	Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA	20	Federação dos Pescadores MS
2	DFDA/MDA	21	Colônia de Pesca Z-1
3	Ibama	22	Colônia de Pesca Z-2
4	Conab	23	Colônia de Pesca Z-5
5	Agraer	24	Colônia de Pesca Z-6
6	Imasul	25	Colônia de Pesca Z-7
7	Polícia Militar Ambiental – PMA	26	Colônia de Pesca Z-11
8	Pref. Mun. Aquidauana	27	Associação Amor-Peixe
9	Pref. Mun. Bonito	28	Associação Arpeixe
10	Pref. Mun. Corumbá	29	Associação ArtPeixe
11	Pref. Mun. Ladário	30	Câmara Setorial Piscicultura MS
12	Pref. Mun. Miranda	31	Assoc. Pescadores Ladário
13	Pref. Mun. Porto Murtinho	32	Associação APAIM
14	Pref. Mun. Coxim	33	FCR
15	Capitania dos Portos	34	Ecoa
16	Embrapa Pantanal	35	Vida Pantaneira
17	Banco do Brasil	36	Sebrae
18	UEMS		
19	UFMS		

Quadro 1: Composição do Conselho Territorial
Fonte: Trabalho das oficinas territoriais (2009)

Visão de Futuro

O que será o Conselho Territorial do Pantanal Sul daqui a dez anos?

Espaço de articulação das instituições do setor pesqueiro (públicas e privadas) do Território Pantanal Sul com legitimidade política embasada no comprometimento das instituições.

Espaço capaz de formular políticas públicas, garantir sua execução e mudar comportamentos com vistas a conquistar sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Missão do Conselho Territorial

- Articular, reivindicar e propor ações para a política do setor pesqueiro do Território, colocando em prática as soluções.
- Ser um fórum articulador, deliberativo e consultivo, de discussões das ações da pesca e aquicultura.
- Diagnosticar os problemas e apontar as soluções.
- Fornecer demandas para a pesquisa.
- Articulador das políticas nacional e estadual na busca de soluções.
- Deliberar as políticas do MPA no Território.
- Contratar consultorias para os trabalhos (como jurídica, por exemplo).
- Divulgar decisões.
- Estar sempre conservando e observando os acontecimentos para levar adiante suas políticas, ações e tarefas.

CAPÍTULO III – Diagnóstico Territorial (caracterização do Território)

a) Dimensão ambiental

O Território de Aquicultura e Pesca Pantanal Sul abrange a porção sul-mato-grossense do Pantanal. Sua dimensão estimada é de aproximadamente 95 mil km². O Pantanal brasileiro está totalmente inserido na Bacia do Alto Rio Paraguai (BAP). Esta bacia, formada pelas águas que drenam para o rio Paraguai, recobre áreas localizadas em três países (Brasil, Bolívia e Paraguai). No território brasileiro, ela cobre áreas em duas unidades da federação (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul).

A parte sul-mato-grossense representa aproximadamente 65% do Pantanal brasileiro. O Pantanal é considerado a maior área úmida do mundo. E, a partir da Constituição Brasileira de 1988, foi declarado Patrimônio Nacional². Além disso, a área do Pantanal foi declarada como Reserva da Biosfera, pela Unesco no ano 2000. O Pantanal, contudo, não é um ambiente homogêneo. É possível identificar mais de 10 unidades ambientais diferentes, das quais 6 ficam em Mato Grosso do Sul (Correntes, Taquari, Negro, Miranda, Nabileque e Porto Murtinho).

A característica mais marcante do Pantanal é ser uma planície alagável com um regime hidrológico peculiar baseado nos pulsos de inundação ora determinados pelo aumento de vazão dos rios, ora pelo aumento da precipitação pluvial e ora por ambos concomitantemente. É um regime caracterizado por enchente-seca. A estação das cheias normalmente ocorre de outubro a abril, quando o volume de chuva precipitada aumenta, aumentando a vazão dos rios e ocorrendo extravasamento das águas dos leitos dos rios para as áreas de inundação. De abril a maio é o período da vazante, quando reduz o volume de água no ecossistema e a lâmina d'água recua para o leito dos rios. De junho a outubro se verifica a estação seca.

O Território é formado por áreas permanentemente inundadas (rios e baías) e áreas permanentemente drenadas (cordilheiras). O regime de inundações (maior ou menor intensidade e abrangência) determina um gradiente de *habitats*. Esse gradiente

² No ecossistema ocorrem diversos sítios considerados de relevante importância internacional pela Convenção de Áreas Úmidas RAMSAR

de *habitats* possibilita a variedade de formas de vida, característica do Pantanal. A baixa declividade da planície pantaneira e períodos de aumento ou redução da vazão dos rios determinam os pulsos de inundação da planície.

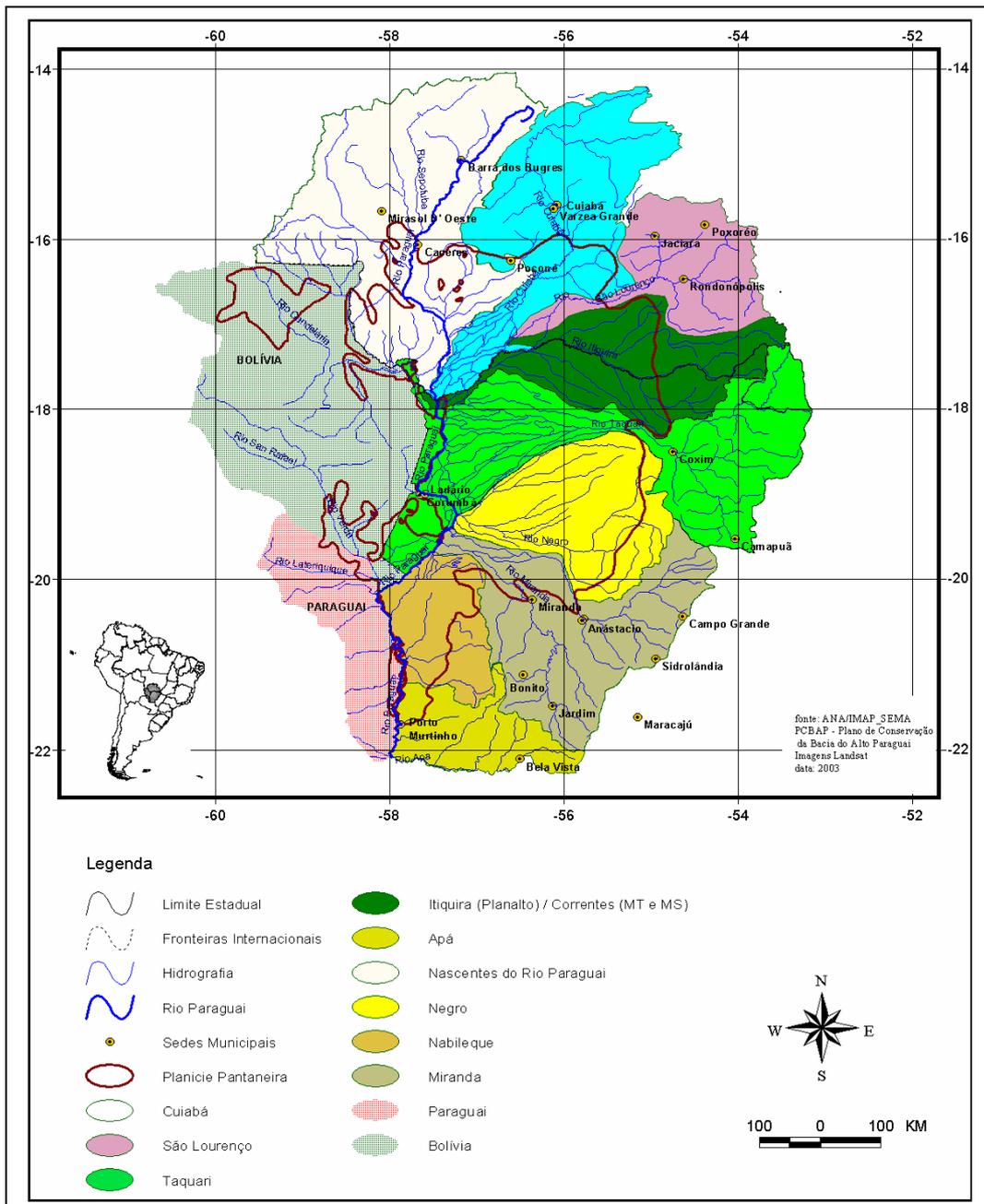


Figura 1: Mapa delimitando a BAP e a planície pantaneira, destacando as sub-bacias.
Fonte: ANA, 2003.

O sistema hídrico que forma o Pantanal drena a água de vários corpos d'água

para o rio Paraguai, que é o corpo d'água principal. Os rios mais caudalosos desse sistema hídrico, no Território Pantanal Sul, são o Taquari, o Negro, o Aquidauana, o Miranda e o Apa, pela margem esquerda. Esse ambiente abundante em água e altamente produtivo resulta num bioma com alta biodiversidade.

Estes rios nascem na região do planalto da BAP, fora do Pantanal. As atividades humanas desenvolvidas nesta região afetam diretamente a qualidade das águas no bioma. Estudos realizados para o Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) demonstraram que a partir da década de 1970 houve aumento do volume de água nos rios do Pantanal. Os pesquisadores apontam duas causas principais: o aumento do desmatamento e as atividades agropecuárias que se intensificaram na região de planalto da BAP, neste período e o aumento no volume de água precipitada na forma de chuvas. Como a cobertura vegetal dos solos foi reduzida sensivelmente, houve maior escoamento superficial para o leito dos rios, carreando grande volume de sedimentos. Este é o principal processo que levou ao acúmulo de sedimentos nos rios e o seu assoreamento, causando prejuízos à pecuária e dificultando a permanência de populações humanas ribeirinhas.



Figura 2: Rio Taquari – arrombado do Caronal
Fonte: ANA, 2003.

O assoreamento dos rios que escoam para a planície pantaneira causa enormes

transtornos às comunidades e suas atividades econômicas. Uma das situações conhecidas e também de maior intensidade é a do assoreamento no rio Taquari. Os solos arenosos das áreas de pastagens localizadas na região do planalto são propícios aos processos erosivos.



Figura 3: Área degradada pela formação de pastagem cultivada
Fonte: ANA, 2003.

A vegetação do Pantanal Sul é formada por cerrado; matas de galeria; capões de florestas; matas 'tipo' caronal, cambarazais, canjiqueral, carandazais, paratudais e acurizais; formada, ainda, por elementos de cerradão; capões de cerrado; campos; e, campos alagáveis. Existem no Pantanal mais de 1.800 espécies de plantas superiores (ANA, 2003).

Levantamentos realizados pela ong Conservation International demonstraram que no Pantanal Sul mais de 16,5 mil km² da vegetação original foram suprimidos até 2004. Isso representa 17% da área total. E o dado mais preocupante apresentado pelo estudo é que a taxa de supressão está aumentando nos últimos anos. Enquanto no período de 1990 a 2000 a taxa de desmatamento foi de 0,46% ao ano, de 2000 a 2004 esta taxa subiu para 2,3%. Isso significa que se este ritmo de desmatamento for mantido em pouco mais de 45 anos toda a vegetação original do Pantanal terá sido

suprimida (HARRIS et alii, 2005).

Sabe-se que a fauna é extremamente dependente dos demais recursos naturais. A supressão da vegetação certamente terá consequências deletérias sobre a fauna atual do Pantanal. E a fauna pantaneira, possivelmente seja uma das mais diversificadas do planeta, constituindo um dos maiores atrativos do turismo ecológico praticado na região.

Para que se possa ter uma idéia, os levantamentos indicam que atualmente no Pantanal existe mais de 260 espécies de peixes, 85 de répteis, 35 de anfíbios, 444 de aves e 132 de mamíferos. No Pantanal existe uma grande diversidade de espécies de peixes, bem como grande quantidade, base para a importância da pesca para a economia da região (ANA, 2003).

Na tabela 1 é demonstrada a distribuição do esforço de pesca realizado pela categoria dos pescadores profissionais artesanais na BAP localizada em Mato Grosso do Sul. Esta categoria concentra suas pescarias na captura do pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*) e do cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e, em menor escala, o pacu (*Piaractus mesopotamicus*) e mais outras oito espécies.

Tabela 1: Porcentagem relativa de pescado capturado por grupo de peixe pela pesca profissional artesanal na Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso do Sul (BAP/MS), nos anos de 2000 a 2002 – SCPESCA/MS

NOME COMUM	%
Pintado e Cachara	66,0
Pacu	15,0
Jaú	7,0
Piranha	4,0
Barbado	2,5
Dourado	2,0
Piavuçu, Piraputanga, Jurupensém e Jurupoca	2,0
Outras espécies	1,5
Total	100,0

Fonte: CATELLA, 2004.



Figura 4: Pacu (*Piaractus mesopotamicus*)



Figura 5: Cachara (*Pseudoplatystoma fasciatum*)



Figura 6: Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*)

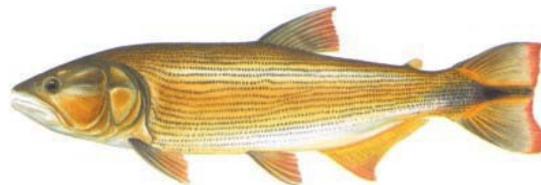


Figura 7: Dourado (*Salminus maxillosus*)

Uma questão importante levantada pelos pescadores como causa do desequilíbrio ambiental e um problema para a pesca (redução dos estoques pesqueiros) é a proliferação da população de jacarés (*Caiman crocodilus*) no Pantanal. Essa percepção manifestada durante as reuniões realizadas nos municípios onde estão localizadas as colônias de pescadores profissionais artesanais no Pantanal Sul confirma o que foi verificado por Zucco & Tomás (2004) em pesquisa realizada junto a esta categoria na região de Corumbá (MS).

b) Dimensão social, cultural e educacional

O Pantanal Sul é uma região com especificidades não somente ambientais. Nesta região o ambiente foi influenciado pelo homem, mas também condicionou e ajudou a formar uma sociedade diferenciada, do ponto de vista cultural, social e econômico. No Território Pantanal Sul a densidade populacional é baixa (em torno de 2,3 habitantes por quilômetro quadrado) se comparada ao estado de Mato Grosso do Sul (aproximadamente 6,34 habitantes por quilômetro quadrado) ou ao Brasil (22,8 habitantes por quilômetro quadrado) (IBGE, 2007). As dificuldades naturais de ocupação dessa planície alagável ajudam a explicar em parte essa baixa densidade

populacional.

No Pantanal Sul existe poucas cidades. A população total, considerando somente os municípios onde há colônias de pescadores profissionais artesanais, é de 229.841 habitantes, dos quais apenas 17% vivem na zona rural. Em virtude das condições ambientais e de posse da terra, a maioria da população está residindo nos espaços urbanos. Na constituição do Território Pantanal Sul foi incluído o município de Bonito que, apesar de estar localizado na região de planalto (fora da planície pantaneira), sedia a Colônia Z-11 cujos pescadores realizam a pesca também nos rios da planície e, também, o planalto é ligado à planície, não havendo esta diferenciação. Ao incluir-se o município de Bonito, o Território Pantanal Sul passa a ter uma população total de 247.116 habitantes, dos quais 205.005 (83%) vivem na zona urbana e 42.111 (17%) na zona rural.

Tabela 2: População recenseada, por situação do domicílio, segundo os municípios Território Pantanal Sul

Municípios	População recenseada, por situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Mato Grosso do Sul	2 265 274	1 915 440	349 834
Aquidauana	44 920	35 379	9 541
Bonito	17 275	13 635	3 640
Corumbá	96 373	86 656	9 717
Coxim	31 816	28 507	3 309
Ladário	17 906	16 813	1 093
Miranda	23 965	14 403	9 562
Porto Murtinho	14 861	9 612	5 249
Total PANTANAL SUL	247 116	205 005	42 111

Fonte: IBGE, Contagem da População, 2007.

Do ponto de vista social os indicadores sociais observados através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) no ano de 2000 demonstram que todos os municípios que compõem o Território Pantanal Sul possuem IDH-M considerado **médio**. Entretanto, cabe salientar que há diferenças entre eles, refletindo as diferentes condições sociais prevalentes em cada localidade.

O IDH-M foi calculado no ano 2003, empregando dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e percebeu-se que ocorreu melhora na qualidade de vida nos municípios do Território Pantanal Sul entre os dois momentos analisados, como mostra a tabela 3. Dentre os subíndices que compõe o IDH-M a renda e a educação cresceram mais que a longevidade.

Quando se compara os índices dos municípios do Território Pantanal Sul com os do Estado de Mato Grosso do Sul também demonstrados na Tabela 2, percebe-se que em 2000 quase todos os municípios possuíam índices inferiores à média estadual. Por outro lado se situam em torno do índice médio brasileiro (alguns acima, outros um pouco abaixo). Tomando por estes dois parâmetros nota-se que os municípios não destoam no quesito desenvolvimento humano do estado de Mato Grosso do Sul, tampouco do Brasil. Entretanto, pode-se observar que no Brasil há estados em melhor situação de desenvolvimento humano, como o exemplo demonstrado do Distrito Federal, onde o IDH-M no ano de 2000 era de 0,844, bastante superior aos municípios do Pantanal Sul, ao Mato Grosso do Sul ou ao Brasil.

Tabela 3: Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, 1991 e 2000 Território Pantanal Sul

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Aquidauana	0,696	0,757
Bonito	0,675	0,767
Corumbá	0,723	0,771
Coxim	0,682	0,78
Ladário	0,715	0,775
Miranda	0,638	0,724
Porto Murtinho	0,62	0,698
Mato Grosso do Sul	0,716	0,778
Distrito Federal	0,799	0,844
Brasil	0,696	0,766

Fonte: PNUD/FJP/IBGE, 2003.

No Território Pantanal Sul vivem e trabalham milhares de famílias de pescadores profissionais artesanais. No quadro 2 é possível visualizar o número de pescadores por

município. Cabe destacar que os municípios elencados são aqueles onde estão localizadas as colônias de pescadores.

Município	Total de Pescadores	Homens	Mulheres
Estado MS	5914	4013	1901
Pantanal Sul	3709	2413	1296
Aquidauana	252	200	52
Bonito	268	162	106
Corumbá	1535	936	599
Coxim	528	395	133
Ladário	325	212	113
Miranda	594	376	218
Porto Murtinho	207	132	75

Quadro 2: Número de pescadores do Pantanal Sul, por município e por sexo.
Fonte: RGP, MPA (2009)

No Território Pantanal Sul há 3.709 pescadores profissionais artesanais, que representam 62,7% do total da categoria existente no estado de Mato Grosso do Sul. Deste total de pescadores profissionais artesanais existente no Território Pantanal Sul, 41% residem em Corumbá. Somando-se os pescadores/as de Ladário (município cuja área territorial se localiza no interior do município de Corumbá) aos corumbaenses, tem-se 50% da categoria residindo nestes dois municípios, que estão localizados na divisa com a Bolívia e cujo acesso por terra fica a 420 km da capital, Campo Grande, e 200 km de Miranda.

De acordo com estudos realizados junto às comunidades de pescadores, em média, a cada pescador corresponde uma família de 5 membros. Isso significa que o segmento social dos pescadores profissionais artesanais no Território Pantanal Sul é formado por aproximadamente 18,5 mil pessoas. Essa população representa 8% de

toda população residente no Território.

Os dados obtidos no RGP, sintetizados no quadro acima, demonstram que no segmento dos pescadores profissionais artesanais registrados predomina o sexo masculino (perfazem 65%). Entretanto, o número de mulheres pescadoras é bastante significativo representando 35% do segmento.

O segmento da pesca profissional artesanal, segundo os dados apurados pelo RGP, do MPA, apresenta um alto grau de analfabetismo. Apesar de o conjunto da população dos municípios do Território Pantanal Sul estar melhorando as condições educacionais, este segmento se apresenta com 84% de analfabetismo.

c) Dimensão socioeconômica

Conforme visto, na planície pantaneira, as sedes urbanas (cidades e distritos) reúnem uma população de 191.370 habitantes, os quais representam 83% da população residente no Território Pantanal Sul (IBGE, 2007).

As atividades agropecuárias têm grande peso na economia do Território Pantanal Sul. Dentre elas a pecuária de corte e a pesca são as mais importantes. Conforme os dados do PIB municipal, levantados pelo IBGE, a agropecuária é responsável por 13% da sua composição, enquanto a indústria representa 10%, os serviços 58% e o restante (19%) é formado pelas transferências provenientes de impostos.

Os dados sobre as quantidades pescadas, não estão desagregados para a planície pantaneira. No entanto, com base nas estatísticas do Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul (SCPESCA/MS), Catella (2007) demonstra a variação da quantidade total pescada, bem como a distribuição entre pesca profissional e pesca esportiva para Bacia do Alto Paraguai, onde está inserido o Território Pantanal Sul. Os dados de Catella para o ano de 2003 (último da série histórica analisada) demonstram que foram capturadas 644 toneladas, das quais 315,5 pela pesca profissional artesanal (49%) e 328,6 (51%) pela pesca esportiva.

A quantidade pescada no ano de 2003 representa 30% da quantidade pescada

no ano de 1984, quando as estatísticas apontam que foram pescadas 2.136 toneladas de peixe. Ao longo dos anos a quantidade total de peixes capturados tem variado. Também tem variado a participação da pesca profissional e da pesca esportiva, ora predominando um segmento ora outro na captura de peixes. E no momento atual eles estão equilibrados (CATELLA, 2004).

Ainda no diagnóstico preliminar, realizado em meados de 2009 entre as colônias e associações e, posteriormente, discutido pelos conselheiros, foi feito um levantamento dos empreendimentos e das demandas do setor em cada município. De um maneira geral existe organização entre os pescadores, mas a participação de todos não é a regra, visto que as lideranças acabam por ocupar, por anos a fio, a entidade. Esta realidade reflete na gestão e utilização dos empreendimentos. A seguir um breve resumo do levantamento em cada município:

Em **Aquidauana** tem-se a colônia organizada e com estrutura, além do desenvolvimento de pesquisa com tanque-rede; o rio apresenta bom volume de peixe; e, tem potencial para a piscicultura. Os problemas são a existência de atravessador na comercialização (gelo, transporte, diesel); a dificuldade em obter licença para construção de tanque escavado (Imasul); e a falta de capacitação para uso de tanque redes em baías. Reivindicam infraestrutura.

Em **Bonito**, a colônia tem sua sede em construção; apresentaram problemas relacionados à pesca irregular por turistas, ao desmatamento e ao assoreamento dos rios; solicitaram um estudo para que o período de defeso seja realmente eficaz. Reivindicam: criação de um entreposto para comercialização, aquisição de um caminhão para o escoamento da produção e controle do fluxo de embarcações nos rios.

Em **Corumbá**, tem a colônia e uma associação de artesanato com certa estrutura. Citam como problema o alto índice de analfabetismo entre os pescadores. Reivindicam: criação de mecanismos para preparação das entidades locais, para que as pessoas possam desenvolver os projetos apresentados em editais; aparelhamento das entidades para que possam servir de entreposto; acesso à matéria prima para

artesões; acesso às regiões ribeirinhas para emissão de RGP e outros documentos; facilidade de acesso ao Pronaf Pesca; menos limites para a realização de tanques escavados e tanques redes; além de toda a infraestrutura necessária em suas organizações para facilitar a vida dos pescadores.

Em **Coxim**, a colônia esta estruturada e tem uma associação para o artesanato. Uma das vantagens é que há vários rios para se pescar. Citam como problemas: a legislação estadual, a proibição do comércio de curimatás que afeta a renda dos pescadores na bacia do Taquari e a falta da expedição da licença ambiental pelo Estado. Para isto sugerem: liberação do comércio de curimatás, liberação da pesca do tucunaré em período de defeso e isenção do ICMS. Ainda citam: a instalação de usinas hidrelétricas, a dificuldade de acesso ao Pronaf Pesca; as dificuldades para acamparem às margens dos rios (fiscalização e proprietários de fazendas se tornam entraves para os pescadores). Reivindicam: estruturação da colônia de pesca e meio de transporte terrestre e aquático adequado para os pescadores da bacia do rio Taquari.

Em **Miranda** tem certa estrutura na colônia e na associação. Sugerem a ampliação da infraestrutura da colônia que é sede própria e tem espaço construído, e o apoio ao projeto de cozinha comunitária já aprovado pelo MPA. Identificam como problemas, entre outros: as lavouras de arroz que causam assoreamento do rio por conta do desmatamento acelerado; a relação com os proprietários que dificultam a passagem do pescador até o rio; as exigências excessivas da legislação. Sugerem: a realização de um estudo de impacto ambiental na região; a realização do projeto Pescando Letras; a emissão da carteira estadual; visitas de campo nas moradias de pescadores acampamentos etc. para conhecer de fato a realidade dos pescadores.

Em **Ladário**, a associação tem sede alugada; um kit feira com uso eventual; um projeto telecentro Maré contemplado. Reivindicam: ampliação da infraestrutura.

Em **Porto Murtinho**, a colônia tem sede própria e certa infraestrutura. Reivindicam ampliação da sede e da infraestrutura.

Neste levantamento foi notado alguns problemas tais como a falta de gestão dos

empreendimentos visto que boa parte tem dificuldade de operacionalização e os dirigentes não se prepararam para administrar a infraestrutura conquistada; é premente a agilização para se ter assistência técnica; os custos de produção são elevados; necessita-se de capacitação e maior participação dos pescadores nos empreendimentos de forma a obter sucesso e reduzir os custos dos insumos e da produção, eliminar atravessadores e diversificar a produção, ampliando a renda dos pescadores e familiares; entre outros que, juntos com os pontos positivos, estão apontados no capítulo IV deste documento.

d) Dimensão político-institucional

No aspecto político-institucional é relevante focar nas instituições/organizações relacionadas à pesca, sob a ótica do segmento produtivo e das instituições públicas. São aquelas que se dedicam ao tema diretamente por sua competência e missão institucional.

No segmento pesqueiro a organização política se divide em pesca profissional artesanal e pesca amadora (esportiva). No primeiro estão as colônias de pescadores e as associações. O segundo componente do segmento pesqueiro, em virtude das suas características, não possui uma organização política convencional. Seus interesses são mediados pelas agências de turismo, as quais possuem organização e poder econômico para exercer influência política em nome desses interesses.

Os pescadores profissionais artesanais, conforme se apontou acima se organizam em colônias e associações. Estas organizações possuem diferentes naturezas conforme a função que exercem. As colônias, de maneira geral, representam a categoria dos trabalhadores que atuam diretamente na captura dos peixes. Estes trabalhadores são seus afiliados formais, embora com algumas exceções. São reconhecidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) para avaliar o registro da pesca. Também há associações (Associação dos Pescadores Profissionais Artesanais de Ladário – APPAL e a Associação dos Pescadores Artesanais de Iscas de Miranda – APAIM) com as mesmas funções que as colônias.

Dentre as associações há também aquelas das mulheres pescadoras profissionais ou esposas e filhas de pescadores que se organizaram para transformar couro de peixe em artesanato. Apesar de contarem com um número ainda pequeno de associadas, estas organizações são importantes para possibilitar uma fonte de renda adicional para as famílias.

ORGANIZAÇÃO	MUNICÍPIO-SEDE	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	NÚMERO DE PESCADORES/AS
Colônia Z-1	Corumbá	Corumbá	1.535
Colônia Z-2	Coxim	Sonora, Pedro Gomes, Rio Verde, Rio Negro, Camapuã e Costa Rica	550
Colônia Z-5	Miranda	Bodoquena	595
Colônia Z-6	Porto Murtinho	Jardim, Bela Vista e Caracol	233
Colônia Z-7	Aquidauana	Anastácio, Terenos, Rochedo, Dois Irmãos do Buriti, Corguinho, Campo Grande, Jaraguari, Bandeirantes, Nioaque e Sidrolândia	635
Colônia Z-11	Bonito	Maracaju, Guia Lopes da Laguna	285
APPAL	Ladário	Ladário	325
APAIM	Miranda	Miranda	105
ARPEIXE	Coxim	Coxim	14
AMOR-PEIXE	Corumbá	Corumbá	10
ARTPEIXE	Miranda	Miranda	15

Quadro 3: Organizações do segmento da pesca profissional artesanal, sede, municípios abrangidos e número de pescadores/as – Território Pantanal Sul

Diversas instituições públicas atuam com o setor pesqueiro no Território Pantanal Sul:

- Embrapa Pantanal: atua com pesquisa agropecuária e possui uma equipe de pesquisadores/as especializada em recursos pesqueiros. Possui relevantes trabalhos na área que balizam a atuação das demais instituições. Está localizada no município de Corumbá.

- Ibama: órgão de fiscalização ambiental do governo federal. Possui escritório no

município de Corumbá e atua fiscalizando águas da união (rio Paraguai). Delega parte das tarefas de fiscalização à Polícia Militar Ambiental (PMA), do governo estadual.

- Imasul: órgão ambiental do governo estadual. É responsável por estabelecer as normas, realizar registros, emitir licenças e autorizações e fazer a gestão da política ambiental. No caso da pesca é este órgão que tem a função de emitir a autorização ambiental para o exercício da atividade (na forma de uma carteira). Possui escritórios em Corumbá, Aquidauana e Coxim.

- Polícia Militar Ambiental (PMA): braço fiscalizador da política ambiental. Possui postos em todos os municípios do Território, exceto Ladário. Os postos de fiscalização e controle são os locais onde os pescadores devem declarar o pescado capturado, através da Guia de Controle de Pescado (GCP). Esta declaração serve tanto para o recolhimento de impostos, quanto para gerar estatísticas sobre a produção de pescado. Tanto os pescadores profissionais artesanais, quanto os pescadores amadores devem declarar suas capturas de pescado.

- Ecoa: Organização não-governamental *Ecologia e Ação*, composta por diversos profissionais que atuam em projetos de conservação ambiental e desenvolvimento comunitário. Sua sede está localizada em Campo Grande, mas possui atuação no Pantanal, especialmente nos municípios de Miranda e Corumbá. Uma das suas linhas de atuação é a pesca e as comunidades pesqueiras.

- Vida Pantaneira: Organização não-governamental que atua prioritariamente com educação ambiental. Possui projetos de apoio ao desenvolvimento comunitário dos pescadores profissionais artesanais. Sua sede e atuação estão em Porto Murtinho.

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): responsável pelas políticas de trabalho e emprego do Governo Federal. É o órgão responsável pela concessão do benefício seguro-defeso destinado a sustentar a renda dos pescadores profissionais artesanais no período em que estão proibidos de desempenhar suas atividades (período do defeso ou da piracema).

- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): responsável pela administração de benefícios de seguridade social, tais como aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-

acidente, salário maternidade. Os pescadores profissionais artesanais são classificados como segurados especiais e, portanto, potenciais beneficiários de vários benefícios administrados pelo INSS.

- Capitania dos Portos: órgão da Marinha do Brasil, vinculada ao Ministério da Defesa. Tem a responsabilidade de organizar a circulação nas águas brasileiras. Os pescadores necessitam registrar suas embarcações neste órgão. Além disso, capacita os pilotos de barcos nos procedimentos para guiar as embarcações.

- Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS (Agraer): órgão do governo estadual com a atribuição de prestar assistência técnica, extensão rural e realizar pesquisa agropecuária, especialmente dirigida à agricultura familiar (os pescadores profissionais artesanais estão compreendidos dentro do conceito deste segmento). Possui escritórios em todos os municípios do Território, exceto Ladário. Apesar da sua atribuição possui poucos trabalhos com comunidades de pescadores. Pode atuar em diversas atividades de desenvolvimento comunitário, assistência técnica e atua na elaboração de projetos técnico-financeiros para embasar a contratação de financiamentos junto ao sistema bancário (Pronaf Pesca, por exemplo), bem como emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento necessário para a contratação dos financiamentos.

- Banco do Brasil (BB): agente financeiro do governo federal. Junto ao setor pesqueiro é o agente de crédito que disponibiliza as linhas criadas pelo governo federal. Possui agências em todos os municípios do Território, entretanto, o segmento dos pescadores ainda não é aquicultura dos serviços prestados pelo órgão. O Banco do Brasil ainda necessita adequar-se às necessidades do segmento pesqueiro.

- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae): atua com capacitação e apoio à gestão de micro e pequenos empreendimentos. No Território possui escritórios em Bonito, Corumbá e Coxim, porém sua atuação ainda é pequena no setor da pesca e aquicultura. Contudo possui relevantes contribuições, como no apoio às associações de mulheres pescadoras artesanais.

- Prefeituras Municipais: através das secretarias de agricultura e de meio

ambiente, o poder público municipal tem atuado no setor pesqueiro. Apesar da importância social do segmento (8% da população) e também do seu peso econômico, os municípios não possuem políticas específicas. Tratam o segmento com aplicação de políticas sociais compensatórias e clientelistas. Entretanto, podem cumprir importante papel de apoio e direcionamento do desenvolvimento sustentável da pesca.

CAPÍTULO IV – Princípios formuladores do Programa

a) Visão de Futuro

O que será o setor da Pesca e Aquicultura do Território Pantanal Sul daqui a dez anos?

Ecossistema pantaneiro conservado em todos os recursos naturais (vegetação, fauna, solos, recursos hídricos) proporcionando abundância de recursos pesqueiros.

Melhoria da qualidade de vida da população pantaneira com especial atenção aos pescadores/as profissionais artesanais quanto à saúde, educação, moradia e previdência.

O nível de renda dos pescadores/as profissionais artesanais estará em elevação a partir da organização da categoria (cooperativas, associações, colônias), da organização/estruturação da cadeia produtiva do pescado, da agregação de valor ao pescado, da participação digna e igualitária no turismo de pesca.

Regras e instituições definidas de forma participativa, implementadas e respeitadas por turistas, pescadores/as profissionais artesanais e sociedade em geral.

b) Análise de Ambiente Externo

I – Oportunidades para o desenvolvimento sustentável da pesca no Território Pantanal Sul

- A alta biodiversidade desperta interesses múltiplos de uso e conservação do bioma para além da sociedade local;
- Turismo de pesca e turismo cultural de pesca é um potencial gerador de empregos e renda, nos quais os pescadores profissionais artesanais poderão encontrar possibilidade de diversificação e aumento da sua renda familiar;
- A agregação de valor ao pescado pantaneiro (agroindustrialização, artesanato, certificação etc.) ainda é pouca explorada. É possível que se desenvolva, aumentando a renda dos pescadores profissionais artesanais;

- A sensibilização da opinião pública em geral sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais poderá justificar projetos de remuneração por serviços ambientais às populações tradicionais do Pantanal (os pescadores profissionais artesanais, por exemplo);
- A recente valorização de produtos tradicionais, com identidade geográfica e cultural pela sociedade, poderá ser aproveitada, aumentando e diversificando a renda e valorizando a cultura pantaneira;
- Trem do Pantanal e demais rotas turísticas facilitam o acesso e colocam em contato com o Pantanal pessoas interessadas em turismo cultural, de contemplação e histórico;
- Aumento do consumo do pescado pela sociedade em geral, pela identificação deste tipo de carne como mais saudável e nutritiva, valoriza o produto da pesca;
- Utilização de espécies de peixes que atualmente encontram-se subaproveitadas (como por exemplo curimatás, cascudos, sairús);
- Criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Plano Mais Pesca e Aquicultura e a Política Territorial da Pesca e Aquicultura, abrem as possibilidades de políticas públicas para o setor pesqueiro;
- Rearticulação da Federação dos Pescadores Profissionais de MS, a partir de 2009, melhora a organização política do segmento da pesca profissional artesanal;
- As políticas de valorização das populações tradicionais e de iniciativas de economia solidária empreendidas pelo Governo Federal.

II – Ameaças ao desenvolvimento sustentável da pesca no Território Pantanal Sul

- Fluxo de turistas de pesca está reduzindo (59 mil em 1999 para 26 mil em 2003);
- Perda da qualidade ambiental;
- Ciclos de anos de pequenas cheias, durante os quais ocorre redução da produção natural de peixes;
- Incongruência entre o registro geral das atividades pesqueiras (RGP) e as

licenças ambientais para pescadores profissionais artesanais, gerando conflitos com a fiscalização (PMA);

- Disputa de espaço político e físico entre os setores da pesca;
- Visão equivocada de alguns setores da sociedade que consideram a pesca de abate como uma prática agressora ao meio ambiente;
- Visão equivocada e preconceituosa de alguns setores, identificando a categoria dos pescadores profissionais artesanais como agressores do meio ambiente ;
- Proposta da proibição da pesca nos rios do Pantanal defendida por alguns deputados estaduais, lideranças empresariais, da mídia e outras lideranças políticas;
- Predomínio da indústria da pesca oligopolista na oferta de pescado aos consumidores.

c) Análise do Ambiente Interno

III – Pontos fortes para o desenvolvimento sustentável da pesca no Território Pantanal Sul

- Pantanal: maior planície alagável do mundo (envolve Brasil, Bolívia e Paraguai), sujeita à ação do pulso anual de inundação o que proporciona uma grande produção de peixe;
- Pantanal Sul (MS): quase 100 mil km²;
- Beleza cênica dos diferentes ambientes pantaneiros;
- Aproximadamente 4 mil famílias de pescadores profissionais artesanais (8% da população pantaneira);
- Conhecimento Ecológico Tradicional (CET) relacionado à ictiofauna e à pesca no Pantanal;
- Categoria dos pescadores profissionais artesanais atua de maneira a defender a conservação ambiental;
- Conhecimento tradicional para se orientar e se locomover no interior do Pantanal;

- Complexidade ambiental: ambientes diferentes proporcionam grande variedade de formas de vida;
- A ocorrência de aproximadamente 270 espécies de peixes nos rios do Pantanal possibilita oferta diversificada de pescado para atender aos diferentes setores da pesca;
- Instituições engajadas com a questão da pesca: MPA, Embrapa Pantanal, ong Ecoa, ong Vida Pantaneira, Ibama, dentre outras;
- Organizações de referência que poderão cumprir importante papel: 5 Colônias, 3 Associações de Pescadores, 3 Associações de Mulheres Artesãs (couro de peixe).

IV – Pontos fracos para o desenvolvimento sustentável da pesca no Território Pantanal Sul

- Estoques pesqueiros dos rios do Pantanal estão reduzindo, em função das agressões ambientais, da ocorrência de períodos mais secos e de algumas situações de sobrepesca;
- Legislação de pesca estadual tende a ser muito restritiva;
- Processos de degradação do bioma Pantanal estão se intensificando: desmatamento, queimadas, erosão, poluição urbana e industrial, uso de agrotóxicos;
- Alto índice de analfabetismo entre os pescadores profissionais artesanais (84%);
- Acesso aos rios restringido pelos fazendeiros (inclusive com fechamento de baías) e pela PMA. Impedimento da utilização dos acampamentos tradicionais;
- Residência de pescadores e existência de hotéis em áreas de preservação ambiental permanente – APPs;
- Migração de comunidades de pescadores para cidades, alterando seu modo de vida;
- Baixo nível de renda (estima-se que o pescador obtenha uma renda bruta anual

de aproximadamente 1,8 salários mínimos mensais, contando com o seguro defeso durante 4 meses);

- Dificuldade de acesso aos serviços públicos (saúde, educação, transporte e comunicação);
- Dificuldade de acesso à políticas públicas (crédito, assistência técnica, moradia, infra-estrutura, inclusão digital);
- Dependência dos atravessadores (fornecimento de combustível e de gelo e locação de barcos) e a baixa remuneração do trabalho dos pescadores profissionais artesanais pelas empresas que exploram o turismo de pesca;
- Desorganização da categoria (clientelismo, dispersão, falta de projeto político, baixa autoestima).

d) Propostas Estratégicas

- Conseguir a efetiva participação das entidades/instituições que se propuseram a compor o Conselho Territorial;
- Construir o sentimento de territorialidade pelos atores envolvidos;
- Articulação dos pescadores profissionais artesanais, através das organizações já existentes ou através de novas organizações a serem criadas;
- Fortalecimento da Federação dos Pescadores Profissionais de MS como órgão representativo da categoria dos pescadores profissionais artesanais e de luta;
- Capacitação na gestão dos empreendimentos de beneficiamento e/ou conservação de pescado existentes e/ou a serem implantados;
- Construir uma imagem positiva da categoria dos pescadores profissionais artesanais perante o restante da sociedade;
- Construir o diálogo entre pesca profissional artesanal e pesca amadora;
- Finalizar e internalizar o Planejamento do Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Território Pantanal Sul;
- Consolidar o Conselho Territorial como uma instância de interlocução, mobilização e concertação das ações de desenvolvimento;

- Consolidar o Conselho Territorial como uma instância de construção da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros do Pantanal Sul;
- Acessar a política de apoio à estruturação da cadeia produtiva da sociobiodiversidade para incrementar a renda do setor pesqueiro;
- Estabelecer interlocução com o Conpesca;
- Criar espaço para interlocução entre os setores públicos e privados competentes para a organização da cadeia produtiva do pescado.

e) Agenda operacional

GARGALO	AÇÃO	QUEM	QUANDO
Redução de estoques pesqueiros	Luta por legislação adequada e fiscalização (acompanhar PL da pesca na assembléia legislativa)	Federação, colônias, associações e órgãos governamentais	Junho até a votação final do projeto
Degradação ambiental	Fazer diagnóstico da situação	Consultor FCR/SEAP e PMA	Até final de 2009
	Conhecer estudos existentes	Consultor FCR/SEAP e PMA	
Analfabetismo dos pescadores profissionais artesanais	Reativar projeto Pescando Letras	SFPA-MS, prefeituras municipais, colônias, associações, MEC MDA (Casa Digitais e Arca das Letras)	1º Semestre de 2010
Acesso aos rios e baías	Lutar pela demarcação dos acampamentos tradicionais e por regulamentação desta prática	Federação, colônias, associações, Imasul, SFPA-MS, Embrapa Pantanal e Ecoa	2010
Residência em APPs	Buscar compatibilizar política habitacional com a situação dos pescadores	Prefeituras municipais, Ministério Público, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente e Imasul	Permanente

GARGALO	AÇÃO	QUEM	QUANDO
Migração de comunidades de pescadores profissionais artesanais para as cidades	Articular moradia e demais serviços nos novos locais de moradia e/ou no local onde ainda residem	MCidades, prefeituras municipais, Agehab	Permanente
Baixo nível de renda	Reduzir dependência de atravessadores	SFPA-MS, colônias, associações, prefeituras municipais, Agraer, Banco do Brasil	Permanente
	Agregar valor ao pescado	SFPA-MS, colônias, associações, prefeituras municipais, Agraer, Banco do Brasil	Permanente
	Pluriatividade	SFPA-MS, colônias, associações, prefeituras municipais, Agraer, Banco do Brasil	Permanente
Desorganização da categoria	Reestruturar colônias e associações	Federação, colônias, associações, Ecoa, Vida Pantaneira	Permanente
	Elevar autoestima da categoria	Federação, colônias, associações, Ecoa, Vida Pantaneira	Permanente

Quadro 4: Programação de ações, segundo os gargalos e prazos e responsáveis.

Fonte: Oficinas territoriais do Pantanal Sul – segundo semestre de 2009.

f) Projetos Estratégicos

1. Projeto Implantação do Centro Integrado da Pesca Artesanal (**CIPAR**) do rio **Paraguai** (em Corumbá/Ladário).

Objetivo: Proporcionar aos pescadores profissionais artesanais um espaço para o desembarque e a conservação do pescado, conjugado com espaço para comercialização direta ao consumidor. Estes espaços funcionarão conjuntamente com espaços para administração da colônia de pescadores e para capacitação dos seus afiliados.

2. Projeto Implantação do Centro Integrado da Pesca Artesanal (**CIPAR**) dos rios **Miranda/Aquidauana** (em Aquidauana, abrangendo também os municípios de Bonito e Miranda).

Objetivo: Proporcionar aos pescadores profissionais artesanais um espaço para o desembarque e a conservação do pescado, conjugado com espaço para comercialização direta ao consumidor. Estes espaços funcionarão conjuntamente com espaços para administração da colônia de pescadores e para capacitação dos seus afiliados.

3. Projeto Implantação do Centro Integrado da Pesca Artesanal (**CIPAR**) dos rios **Taquari/Coxim** (sediado em Coxim, beneficiará outros municípios da região norte de MS).

Objetivo: Proporcionar aos pescadores profissionais artesanais um espaço para o desembarque e a conservação do pescado, conjugado com espaço para comercialização direta ao consumidor. Estes espaços funcionarão conjuntamente com espaços para administração da colônia de pescadores e para capacitação dos seus afiliados.

4. Projeto Rede de Telecentros do Pantanal

Objetivo: Implantar laboratórios de informática nas sedes das organizações dos pescadores profissionais artesanais (colônias e associações), bem como em comunidades distantes no Pantanal Sul, viabilizando o acesso dos pescadores à rede mundial de computadores e a realização de projetos de educação, de capacitação e formação profissional.

g) Forma de implementação e gestão do Programa

O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca no Território Pantanal Sul é um documento elaborado pelo Conselho Territorial. Portanto, sua instância máxima de deliberação é este colegiado, que deverá implementá-lo da

seguinte maneira:

Legitimação social do Programa: ampla divulgação através de uma audiência pública para sua aprovação; relatórios semestrais do desenvolvimento; oficinas de replanejamento.

Negociação de projetos: o Programa apresenta propostas para projetos cujos recursos para execução poderão ser negociados junto aos órgãos governamentais, à iniciativa privada ou com mobilização de recursos próprios. Cada projeto será objeto de negociações levadas a cabo por responsáveis definidos pelo colegiado territorial.

Monitoramento e avaliação: o Conselho deverá desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação do Programa. Estes mecanismos construídos participativamente servirão de guias para adequação dos rumos do Programa, de maneira a torná-lo uma ferramenta viva e um referencial para o desenvolvimento sustentável da pesca no Território Pantanal Sul.

h) Forma de divulgação do Programa

O Programa será divulgado pelos seguintes meios:

1. Audiência Pública.
2. Publicação do Programa em formato impresso.
3. Publicação de relatórios de acompanhamento do Programa, com divulgação na mídia local e estadual por meio de *release*.

Referenciais Bibliográficas

ALBUQUERQUE, S. P.; CATELLA, A. C.; COPATTI, A. **Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS – 9 - 2002**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal/SEMA- IMAP, 2003. 54p. (Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa, 47).

AMÂNCIO, C. O. G.; AMÂNCIO, R.; TONIAZZO, R. C.; BOTELHO, D.; PELLEGRIN, L. A. **Caracterização Socioeconômica das Comunidades Chalé/Bonfim, Sub-região do Paraguai, Corumbá, MS**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 9 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 82). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT82>. Acesso em: 10 jul. 2009.

ANA/GEF/PNUMA/OEA. **Diagnóstico Analítico do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai**. Relatório Executivo. Brasília: ANA, 2003.

BANDUCCI Jr., A. & MORETTI, E.C. **Qual paraíso? : turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal**. São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

CATELLA, A. C. **A pesca no Pantanal Sul: situação atual e perspectivas**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2004, 45 p. (Embrapa Pantanal. Documentos, 48).

CATELLA, A.C. Uso Plural de Recursos Pesqueiros como Estratégia para sua Conservação. In Congresso Brasileiro de Produção de Peixes Nativos de Água Doce, (1. : 2007 : Dourados, MS). **Anais...** Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste; Corumbá: Embrapa Pantanal, 2007. 1 CD-ROM - (Documentos / Embrapa Agropecuária Oeste, 87).

CATELLA, A. C; ALBUQUERQUE, F. F.; CAMPOS, F. L. R. **Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS – 6 - 1999**. Corumbá: Embrapa Pantanal; Campo Grande: SEMACT- IMAP, 2005. 64p. (Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa, 35).

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, S. P. **Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul SCPESCA/MS – 10 - 2003**. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal/SEMACT-IMASUL, 2007. 60p. (Embrapa Pantanal. Boletim de Pesquisa, 75).

CATELLA, A. C.; SILVA, S. M. V. da; FERNANDES, J.; AMÂNCIO, C. O. da G.; MORAES, A. S. **Estimativa da renda bruta dos pescadores de iscas vivas do Porto da Manga, Corumbá (MS)**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2009. 7 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 81). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT79>. Acesso em: 07 jul. 2009.

GALDINO, Sérgio. **Impactos ambientais e socioeconômicos na Bacia do Rio Taquari - Pantanal** / Sérgio Galdino, Luiz Marques Vieira, Luiz Alberto Pellegrin, editores técnicos. – Corumbá (MS): Embrapa Pantanal, 2006.

HARRIS, M.B.; ARCANGELO, C.; PINTO, E.C.T.; CAMARGO, G.; RAMOS NETO, M.B.; SILVA, S. M. 2005. **Estimativas de perda da área natural da Bacia do Alto Paraguai e Pantanal Brasileiro**. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Campo Grande, MS.

LARA, J.A.F. de; GARBELINI, J.S, DELBEM, A.C.B. **Tecnologias para a agroindústria: processamento artesanal do pescado do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2007. 5 p. (Embrapa Pantanal. Circular Técnica, 73). Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/download.php?arq_pdf=CT73>. Acesso em: 15 jul. 2009.

MICHELS, I. (Coord.) & PROCHMANN, A. **Piscicultura**. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2003.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Política Territorial da Pesca e Aquicultura**. Brasília: MPA, 2009.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura**: uma rede de ações para o fortalecimento do setor. Brasília: MPA, 2009.